

NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

**Assunto: Artigos sobre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Grande Instância da
União Europeia**

1. Junto se enviam, à atenção dos membros da Convenção, os projectos de artigos da Parte II, relativos ao Tribunal de Justiça, acompanhados de notas explicativas. Consta também do presente documento o projecto de artigo 20.º, Parte I da Constituição, que foi já enviado à Convenção (doc. CONV 691/03).
2. A elaboração dos novos artigos baseia-se nos trabalhos do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça, presidido por António Vitorino (as alterações aos artigos actuais encontram-se assinaladas a negro).
3. Chama-se a atenção dos membros da Convenção para as seguintes modificações, propostas pelo Praesidium:
 - ♦ A maioria qualificada e o processo legislativo no caso de determinadas disposições em relação às quais o Conselho delibera por unanimidade, designadamente os artigos 225.º-A (criação de tribunais especializados), 229.º-A (criação de um tribunal especializado em matéria de protecção dos direitos de propriedade industrial) e 245.º (Estatuto do Tribunal de Justiça);

- ◆ A alteração das condições de admissibilidade relativas a recursos de anulação interpostos por pessoas singulares ou colectivas em relação a "decisões sob a forma de regulamento" (quarto parágrafo do artigo 230.º);
 - ◆ A instituição de um comité consultivo que deve dar parecer sobre a adequação das candidaturas às funções de juizes e advogados-gerais do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância da União Europeia (artigo 224.º-A);
 - ◆ A melhoria do sistema de sanções, prevendo a simplificação do processo preliminar de recurso ao Tribunal de Justiça pela Comissão (artigo 228.º);
 - ◆ O aditamento da possibilidade de impugnar actos (artigo 230.º) ou omissões (artigo 232.º) das "agências e órgãos da União".
-

Quadro indicativo: artigos propostos relativos ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Grande Instância da União Europeia em comparação com os Tratados existentes

	Artigos novos	Artigos que retomam disposições dos Tratados existentes, quer parcialmente, quer com alterações substanciais	Artigos retomados dos Tratados existentes, sem alteração ou com pequenas alterações
PARTE I			
<u>Artigo 20.º</u> : Tribunal de Justiça da União Europeia	✓		
PARTE II : TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
<u>Artigo 221.º</u> :			✓
<u>Artigo 222.º</u>		✓	
<u>Artigo 223.º</u>		✓	
<u>Artigo 224.º</u> <u>Artigo 224.º-A</u>	✓	✓	
<u>Artigo 225.º</u> <u>Artigo 225.º-A</u>		✓	✓
<u>Artigo 226.º</u>			✓
<u>Artigo 227.º</u>			✓
<u>Artigo 228.º</u>		✓	
<u>Artigo 229.º</u> <u>Artigo 229.º-A</u>		✓	✓
<u>Artigo 230.º</u> <u>Artigo 230.º-A</u>	✓	✓	
<u>Artigo 231.º</u>			✓
<u>Artigo 232.º</u>		✓	

<u>Artigo 233.º</u>		✓	
<u>Artigo 234.º</u>		✓	
<u>Artigo 235.º</u>			✓
<u>Artigo 236.º</u>			✓
<u>Artigo 237.º</u>			✓
<u>Artigo 238.º</u>			✓
<u>Artigo 239.º</u>			✓
<u>Artigo 240.º</u>	✓		✓
<u>Artigo 240.º-A</u>			
<u>Artigo 240.º-B</u>		✓	
<u>Artigo 240.º-C</u>		✓	
<u>Artigo 241.º</u>			✓
<u>Artigo 242.º</u>			✓
<u>Artigo 243.º</u>			✓
<u>Artigo 244.º</u>			✓
<u>Artigo 245.º</u>		✓	

ARTIGOS SOBRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL DE GRANDE INSTÂNCIA
DA UNIÃO EUROPEIA

PARTE I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Artigo 20.º

Artigo 20.º: O Tribunal de Justiça da União Europeia

1. O Tribunal de Justiça, incluindo o Tribunal de Grande Instância da União Europeia, assegura a observância da Constituição e do direito da União.

Os Estados-Membros estabelecem as vias de recurso necessárias para assegurar uma protecção jurisdiccional efectiva no domínio do direito da União.

2. O Tribunal de Justiça é composto por um juiz de cada Estado-Membro e é assistido por advogados-gerais. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é constituído, no mínimo, por um juiz de cada Estado-Membro, sendo o número de juizes fixado no Estatuto do Tribunal de Justiça. Os juizes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, bem como os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnem as condições exigidas no artigo [XX] da Parte II, são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, por um mandato de seis anos. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.
3. O Tribunal de Justiça é competente para:
 - decidir sobre as acções propostas pela Comissão, por um Estado-Membro, por uma Instituição ou por pessoas singulares e colectivas nos casos referidos e segundo as modalidades previstas nos artigos [YY] da Parte II;
 - decidir a título prejudicial, a pedido dos órgãos jurisdicionais nacionais, sobre a interpretação do direito da União ou sobre a validade dos actos aprovados pelas Instituições;

- decidir sobre os recursos das decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia ou, excepcionalmente, apreciar essas decisões, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.

PARTE II

Artigo 221.º

O Tribunal de Justiça reúne-se em secções, em grande secção ou em tribunal pleno, em conformidade com as regras previstas para o efeito no seu Estatuto.

Observações:

Texto dos segundo e terceiro parágrafos do artigo 221.º, que foram fundidos num único. O primeiro parágrafo ("O Tribunal de Justiça é composto de um juiz por Estado-Membro") consta do artigo 20.º, na Parte I.

Artigo 222.º

(Artigo actual: inalterado)

O Tribunal de Justiça é assistido por oito advogados-gerais. Se o Tribunal de Justiça o solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados-gerais.

Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas que, nos termos do Estatuto do Tribunal de Justiça, requeiram a sua intervenção.

Observações:

Artigo inalterado

Artigo 223.º

Os juízes e os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência, são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, **após consulta ao comité previsto no artigo 224.º-A.**

De três em três anos, proceder-se-á à substituição parcial dos juízes e dos advogados-gerais, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.¹

Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Justiça, que pode ser reeleito.

O Tribunal de Justiça estabelece o seu regulamento de processo. Esse regulamento é submetido à aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Observações:

Com excepção da referência à duração do mandato, que se encontra actualmente no artigo 20.º da Parte I, e do actual quarto parágrafo, sobre a nomeação do secretário, que poderia ser incorporado no Estatuto do Tribunal de Justiça (artigo 9.º novo do Estatuto), este artigo retoma o actual artigo 223.º do TCE.

Artigo 224.º

O número de juízes do Tribunal de Grande Instância da União Europeia é fixado pelo Estatuto do Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal seja assistido por advogados-gerais.

¹ Esta disposição depende da duração do mandato; deverá ser suprimida, caso o Praesidium opte por um mandato não renovável.

Os membros do Tribunal de Grande Instância da União Europeia serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de altas funções jurisdicionais; são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros, **após consulta ao comité previsto no artigo 224.º-A**. De três em três anos, proceder-se-á à sua substituição parcial. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.

Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, que pode ser reeleito.

O Tribunal de Grande Instância da União Europeia aprova o seu regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia delibera após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Salvo disposição em contrário do Estatuto do Tribunal de Justiça, são aplicáveis ao Tribunal de Grande Instância da União Europeia as disposições da Constituição relativas ao Tribunal de Justiça.

Observações:

Este artigo baseia-se amplamente no actual artigo 224.º, com excepção da primeira frase do texto actual ("O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é composto de, pelo menos, um juiz por Estado-Membro") e da segunda frase ("O número de juízes é fixado pelo Estatuto do Tribunal de Justiça"), sobre o processo de designação dos juízes, que se encontram no artigo 20.º da Parte I. Quanto ao resto, poder-se-ia seguir a mesma abordagem que para o artigo 223.º relativamente à nomeação do secretário.

Artigo 224.º-A

É instituído um comité a fim de dar parecer sobre a adequação dos candidatos ao exercício das funções de juiz ou de advogado-geral do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, antes da decisão dos Governos dos Estados-Membros, em conformidade com os artigos 223.º e 224.º.

Esse comité será composto por sete personalidades, escolhidas de entre antigos membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, de entre membros dos tribunais supremos nacionais e de entre juristas de reconhecida competência, um dos quais será proposto pelo Parlamento Europeu. A designação dos membros desse comité e as suas regras de funcionamento são decididas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta do Presidente do Tribunal de Justiça.

Observações:

Este artigo constitui uma novidade em relação à situação existente. Com efeito, o Círculo de Discussão considerou que seria "oportuno instituir um "comité consultivo", cuja função seria dar parecer aos Estados-Membros sobre a adequação do perfil de determinado(a) candidato(a) ao exercício das funções, com base, designadamente, em critérios objectivos respeitantes às suas qualificações profissionais. Desse comité – cujas deliberações não seriam públicas e que não procederia a audições – poderiam fazer parte antigos membros do Tribunal e representantes das jurisdições supremas nacionais, podendo o Parlamento Europeu nomear também um jurista especializado. Todavia, um dos membros declarou-se contrário à ideia de que o Parlamento Europeu fosse associado, considerando que tal constituiria um risco de politização do processo de designação. O Círculo sublinhou que a criação do comité consultivo poderia levar os Estados-Membros a serem mais exigentes na selecção dos candidatos." (relatório final do Círculo de Discussão, ponto 6).

Com base nestas indicações, o projecto de artigo prevê a instituição desse comité consultivo, propondo que seja composto por sete personalidades. A fim de facilitar a tomada de decisão, o Conselho deveria deliberar por maioria qualificada, quer para aprovar o acto que institui o funcionamento do comité, quer para a designação dos seus membros. Por último, será adequado que o Tribunal de Justiça seja associado à implementação deste mecanismo de consulta: sugere-se, para o efeito, que o Conselho delibere, sob proposta do Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 225.º

(Artigo actual: inalterado)

1. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é competente para conhecer em primeira instância das acções referidas nos [artigos 230.º, 232.º, 235.º, 236.º e 238.º], com excepção das atribuídas a um tribunal especializado e dos que o Estatuto reservar para o Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal de Grande Instância da União Europeia seja competente para outras categorias de acções.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia ao abrigo do presente número podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Justiça limitado às questões de direito, nas condições e limites previstos no Estatuto.

2. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é competente para conhecer dos recursos interpostos das decisões dos tribunais especializados criados nos termos do artigo 225.º-A.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia ao abrigo do presente número podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito da União.

3. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é competente para conhecer das questões prejudiciais, submetidas por força do artigo 234.º, em matérias específicas determinadas pelo Estatuto.

Quando o Tribunal de Grande Instância da União Europeia considerar que a causa exige uma decisão de princípio susceptível de afectar a unidade ou a coerência do direito da União, pode remeter essa causa ao Tribunal de Justiça, para que este delibere sobre ela.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia sobre questões prejudiciais podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito da União.

1. **O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, leis europeias** que criem tribunais especializados, adstritos ao Tribunal de Grande Instância da União Europeia, encarregados de conhecer em primeira instância de certas categorias de acções em matérias específicas. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam, quer sob proposta da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão.
2. A lei europeia que crie um tribunal especializado fixará as regras relativas à composição desse tribunal e especificará o âmbito das competências que lhe forem conferidas.
3. As decisões dos tribunais especializados podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Grande Instância da União Europeia, limitado às questões de direito ou, quando tal estiver previsto na lei europeia que cria o tribunal especializado, que incida também sobre as questões de facto.
4. Os membros dos tribunais especializados serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de funções jurisdicionais. São nomeados pelo Conselho, deliberando por unanimidade.
5. Os tribunais especializados aprovam o respectivo regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça. Os tribunais especializados deliberam após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.
6. Salvo disposição em contrário da lei europeia que cria o tribunal especializado, aplicam-se aos tribunais especializados as disposições da Constituição relativas ao Tribunal de Justiça e as disposições do seu Estatuto.

Observações:

O actual artigo 225.º prevê que, para os actos que criem os tribunais especializados, o Conselho delibere por unanimidade, após parecer do Parlamento Europeu e da Comissão (se a proposta tiver sido apresentada pelo Tribunal de Justiça). O Círculo recomendou que o Conselho delibere por maioria qualificada. A maioria considerou também que deveria aplicar-se o processo legislativo. O Círculo considerou, por conseguinte, que os actos que criam câmaras jurisdicionais e que fixam as respectivas competências são de natureza legislativa. O Praesidium decidiu seguir a recomendação do Círculo.

Artigo 226.º

(Artigo actual: inalterado)

Se a Comissão considerar que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição, formulará um parecer fundamentado sobre o assunto, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações.

Se o Estado em causa não proceder em conformidade com esse parecer no prazo fixado pela Comissão, esta pode recorrer ao Tribunal de Justiça.

Observações:

Reprodução do artigo 226.º, na sua versão actual. Um membro do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça sugeriu que esta disposição fosse substituída por outra que retomasse o artigo 88.º do Tratado CECA. Tal disposição daria à Comissão a possibilidade de verificar qualquer incumprimento, por parte de um Estado-Membro, das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição. A maioria dos membros do Círculo, contudo, mostrou-se favorável à manutenção da disposição existente.

Artigo 227.º

(Artigo actual: inalterado)

Um Estado-Membro pode recorrer ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição.

Antes de um Estado-Membro propor uma acção contra outro Estado-Membro, com fundamento em pretenso incumprimento das obrigações que a este incumbem por força da Constituição, deve submeter o assunto à apreciação da Comissão.

A Comissão formulará um parecer fundamentado, depois de os Estados interessados terem tido oportunidade de apresentar, em processo contraditório, as suas observações escritas e orais.

Se a Comissão não tiver formulado parecer no prazo de três meses a contar da data do pedido, a falta de parecer não impede o recurso ao Tribunal de Justiça.

Artigo 228.º

1. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição, esse Estado deve tomar as disposições necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.
2. **Se a Comissão considerar que o Estado-Membro em causa não tomou as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal, pode submeter-lhe o caso, após ter dado a esse Estado a possibilidade de apresentar as suas observações.** A Comissão indicará o montante da quantia fixa ou da sanção pecuniária compulsória, a pagar pelo Estado-Membro, que considerar adequado às circunstâncias.

Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que o Estado-Membro em causa não deu cumprimento ao seu acórdão, pode condená-lo ao pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória.

Este procedimento não prejudica o artigo 227.º.

3. **Sempre que propuser uma acção no Tribunal de Justiça nos termos do artigo 226.º, por considerar que o Estado em causa não cumpriu a obrigação de comunicar as medidas de transposição de uma lei-quadro, a Comissão, se o considerar necessário, pode solicitar ao Tribunal de Justiça que, no mesmo acórdão, lhe seja imposto o pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória, caso o Tribunal de Justiça declare verificado um incumprimento. Se o Tribunal de Justiça der provimento ao pedido da Comissão, o pagamento em questão produz efeitos no prazo determinado pelo Tribunal de Justiça no seu acórdão.**

Observações:

Quanto ao mecanismo de sanções em caso de não execução de um acórdão do Tribunal, o Círculo de Discussão realçou no seu relatório final que o sistema actual não era suficientemente eficaz, podendo os Estados condenados pelo Tribunal esperar anos antes de lhes ser aplicada uma sanção pecuniária. O Círculo considera, por conseguinte, que importa encontrar formas de tornar mais simples e eficazes os mecanismos de sanções em caso de não execução dos acórdãos do Tribunal. Para o efeito, propôs que se reforçasse o mecanismo de sanções previsto no artigo 228.º do TCE, suprimindo as duas fases que precedem o recurso ao Tribunal para aplicação de sanções, isto é, a fase de "notificação" do Estado em questão e a fase do "parecer fundamentado" da Comissão, ou, pelo menos, uma destas duas fases ¹; a grande maioria dos membros foi a favor desta última proposta.

O texto do artigo propõe que se simplifique o procedimento preliminar, suprimindo-se o parecer fundamentado.

¹ A possibilidade de a Comissão ou um Estado-Membro recorrerem directamente ao Tribunal não constitui novidade: já está prevista no Tratado para certas circunstâncias, como, por exemplo, se um Estado fizer uma utilização abusiva das derrogações previstas por motivos de defesa ou em caso de crise (artigo 298.º) ⁽¹⁾.

Foi ainda sugerido no Círculo que as sanções a que se refere o artigo 228.º poderiam produzir efeitos retroactivos (desde o início da infracção), não se afigurando no entanto necessária uma disposição neste sentido, na medida em que a versão actual já prevê a possibilidade de aplicar não apenas uma sanção pecuniária compulsória (por dia de incumprimento a partir da data de pronúncia do acórdão), mas também uma quantia fixa (fixada, em função da gravidade do incumprimento, antes da data da pronúncia do acórdão).

O n.º 3 (novo) resulta de uma sugestão apresentada pela Comissão no Círculo de Discussão. Trata-se de dar à Comissão a possibilidade de apresentar ao Tribunal simultaneamente (no mesmo processo) uma acção por força do artigo 226.º do TCE e um pedido para aplicar uma sanção. Se, a pedido da Comissão, o Tribunal decretar a sanção no mesmo acórdão condenatório, esta será aplicada ao fim de determinado prazo a contar da data em que o acórdão foi proferido, se o Estado requerido não acatar a decisão do Tribunal. A maioria dos membros do Círculo pronunciou-se a favor desta proposta. Um dispositivo nestes moldes permitiria simplificar e acelerar consideravelmente o processo no que respeita às sanções relativas a casos de "não comunicação" de uma medida nacional de transposição¹. O Praesidium decidiu seguir esta recomendação do Círculo.

Artigo 229.º

As leis europeias, as leis-quadro europeias e as leis ou regulamentos do Conselho, aprovados por força da Constituição, podem atribuir plena jurisdição ao Tribunal de Justiça para as sanções neles previstas.

Observações

Este artigo só foi alterado a fim de ter em conta os novos instrumentos da Parte I.

¹ Na prática, faz-se uma distinção entre os casos de "não comunicação" – isto é, o Estado-Membro não tomou nenhuma medida de transposição – e os casos de transposição incorrecta – isto é, as medidas de transposição tomadas pelo Estado-Membro não cumprem, segundo a Comissão, o disposto na directiva (ou lei-quadro). O dispositivo proposto não se aplicaria a esta segunda hipótese.

Artigo 229.º-A

Sem prejuízo das restantes disposições da Constituição, **uma lei europeia** pode atribuir ao Tribunal de Justiça, na medida por ela determinada, competência para decidir sobre litígios ligados à aplicação dos actos aprovados com base na Constituição que criem títulos de propriedade industrial.

Observações

Nos debates realizados no Círculo ficou patente a grande vontade de facilitar o recurso a esta base jurídica. Para o efeito, o Círculo recomendou a substituição do actual processo (decisão do Conselho por unanimidade + ratificação pelos Estados-Membros), suprimindo a exigência de ratificação pelos Estados-Membros, introduzindo a maioria qualificada para a deliberação do Conselho e, segundo a maioria dos membros, prevendo um processo legislativo. O Praesidium decidiu seguir esta recomendação do Círculo.

Artigo 230.º

1. O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade **das leis europeias e das leis-quadro europeias**, dos actos do Conselho, da Comissão e do BCE, que não sejam recomendações ou pareceres, e dos actos do Parlamento Europeu destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros. **O Tribunal de Justiça fiscaliza também a legalidade dos actos das agências e órgãos da União que produzam efeitos jurídicos em relação a terceiros.**
2. Para o efeito, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer das acções com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação da Constituição ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, propostas por um Estado-Membro, pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão.

3. O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer das acções propostas pelo Tribunal de Contas, pelo Banco Central Europeu e pelo **Comité das Regiões** com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas.
4. Qualquer pessoa singular ou colectiva pode intentar , nas mesmas condições, uma acção contra os **actos de que seja destinatária ou que lhe digam directa e individualmente respeito, bem como contra os actos regulamentares que lhe digam directamente respeito, sem implicar medidas de execução.**
5. **Os actos que criam os órgãos e agências da União podem prever condições e modalidades específicas relativas às acções propostas por pessoas singulares ou colectivas contra os actos desses órgãos ou agências destinados a produzir efeitos jurídicos.**
6. As acções previstas no presente artigo devem ser propostas no prazo de dois meses a contar, conforme o caso, da publicação do acto, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do acto.

Observações

N.º 1

Foi esta a disposição que maior debate suscitou no Círculo de Discussão; contém uma alteração importante, na medida em que inclui os actos das agências e órgãos da União. Após ter procedido a uma análise pormenorizada da situação actual dos órgãos e agências no que respeita ao controlo da legalidade dos seus actos, o Círculo constatou que, em geral, os actos que criam agências contêm disposições que prevêem vias de recurso para o Tribunal de Justiça dos actos jurídicos por elas aprovados ¹.

¹ No que respeita a esta questão, ver documento de trabalho do Secretariado relativo ao direito de recurso dos actos das agências da União (WD 9).

Os membros do Círculo consideraram que os actos destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros não deverão subtrair-se a um controlo da sua legalidade e, nessa medida, a maioria dos membros do Círculo recomenda que o artigo 230.º do TCE seja alterado por forma a incluir, para além dos actos jurídicos aprovados pelas Instituições, os dos órgãos e agências da União. Foi sublinhado que o acto que cria a agência poderia ainda precisar as modalidades específicas aplicáveis ao exercício do controlo da legalidade dos actos da agência ou do órgão em questão (ver n.º 5 novo). Um dos membros declarou não poder associar-se à recomendação geral do Círculo sobre este ponto.

Foi ainda assinalado que esta orientação do Círculo diz exclusivamente respeito aos órgãos e agências dependentes do Tratado CE, devendo aqueles que operam no âmbito da PESC e da cooperação policial e judiciária em matéria penal ser analisados em função das disposições dessas políticas, pois são susceptíveis de apresentar certas particularidades que poderão ser regulamentadas nos respectivos actos de criação (de qualquer forma, se a Constituição viesse a consagrar uma exclusão de competência do Tribunal em matéria de PESC, os órgãos da PESC não ficariam abrangidos pelo presente artigo) ¹.

N.º 2

Inalterado.

N.º 3

O Praesidium propõe, em resposta aos pedidos de vários Convencionais, que se introduza o Comité das Regiões, que poderia beneficiar de legitimidade activa para salvaguardar as suas prerrogativas.

¹ Todavia, no que se refere à Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica, prevista no n.º 3 do artigo 30.º da Parte I, seria conveniente que a decisão do Conselho que venha a estabelecer o modo de funcionamento da Agência preveja a competência do Tribunal de Justiça relativamente aos actos da Agência que produzam efeitos jurídicos em relação a pessoas singulares ou colectivas.

A questão do acesso das pessoas singulares e colectivas ao Tribunal de Justiça em relação a actos de alcance geral foi longamente debatida pelo Círculo de Discussão. Efectivamente, o Círculo dividia-se em dois grupos: para alguns, o quarto parágrafo do artigo 230.º não deve ser alterado quanto ao fundo, pois satisfaz as exigências essenciais de uma tutela jurisdicional efectiva, atendendo em especial à actuação dos órgãos jurisdicionais nacionais, que podem (ou devem) colocar ao Tribunal de Justiça questões prejudiciais no intuito de interpretar ou de apreciar a validade do direito da União; para outros membros, esta disposição contém condições de admissibilidade demasiado restritivas em relação às acções contra actos de alcance geral propostas por particulares.

Os membros do Círculo que eram favoráveis à alteração do quarto parágrafo do artigo 230.º destacaram sobretudo o facto de, em certos casos excepcionais, um particular poder ser directamente afectado por um acto de alcance geral que não implique uma medida de execução interna. Neste caso, seria obrigado actualmente a infringir essa norma para ter acesso a um tribunal. Consideram estes membros que as actuais condições de admissibilidade, que exigem que um acto diga "directa e individualmente" respeito à pessoa, não permitem o exercício do controlo pelo Tribunal neste caso específico. É neste espírito que o Praesidium recomenda uma abertura das condições de interposição de acções directsa.

Os membros do Círculo que defendem a alteração do quarto parágrafo do artigo 230.º preferem a opção que menciona os "actos de alcance geral". Contudo, alguns membros consideraram mais apropriado que se opte por "actos regulamentares", o que permite estabelecer uma distinção entre os actos legislativos e os actos regulamentares, adoptando uma abordagem restritiva no que respeita às acções propostas por particulares contra os actos legislativos (relativamente aos quais a condição "digam directa e individualmente respeito" continua a aplicar-se) e uma abordagem mais aberta em relação às acções contra os actos regulamentares. O Praesidium optou por esta última abordagem e propõe que se prevejam acções das pessoas singulares ou colectivas contra actos regulamentares que lhes digam directamente respeito, sem incluir medidas de execução.

É também proposta uma simplificação da redacção do quarto parágrafo do artigo 230.º, que consistiria em suprimir a formulação "embora tomadas sob a forma de...", substituindo-a por "dos actos de que seja destinatária ou que lhe digam directa e individualmente respeito".

Durante os debates, o Praesidium tomou igualmente conhecimento de uma proposta de vários membros da Convenção que tinha por objectivo introduzir neste artigo uma acção específica para a defesa dos direitos fundamentais, mas à semelhança do Círculo, decidiu não aceitar essa sugestão.

N.º 5

Ver observações sobre o n.º I, supra.

N.º 6

Este número contém o prazo aplicável à interposição das acções de anulação. Poder-se-ia considerar a hipótese de inserir esta disposição no Estatuto do Tribunal de Justiça.

Artigo 230.º-A

O Estado-Membro visado numa constatação feita pelo Conselho Europeu ou pelo Conselho nos termos do artigo 45.º só pode invocar perante o Tribunal de Justiça, no prazo de um mês a contar da data da referida constatação, a violação das disposições processuais previstas no referido artigo.

Observações

Este artigo reproduz o conteúdo da alínea e) do artigo 46.º do TUE, relativa ao procedimento a que se referem o artigo 7.º do TUE e o artigo 45.º da Parte I do projecto de Constituição, embora altere a respectiva formulação. Afigura-se adequada a inclusão desta disposição na Parte II.

Artigo 231.º

(Artigo actual: inalterado)

Se o recurso tiver fundamento, o Tribunal de Justiça anulará o acto impugnado.

Todavia, o Tribunal de Justiça indicará, quando o considerar necessário, quais os efeitos do **acto** ¹ anulado que se devem considerar subsistentes.

Artigo 232.º

Se, em violação da Constituição, o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão se abstiverem de se pronunciar, os Estados-Membros e as outras Instituições da União podem recorrer ao Tribunal de Justiça para que declare verificada essa violação. **A presente disposição é aplicável, nas mesmas condições, às agências e órgãos da União que se abstenham de se pronunciar.**

Esta acção só é admissível se a Instituição, **agência ou órgão** em causa tiver sido previamente convidado a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a Instituição, **agência ou órgão** não tiver tomado posição, a acção pode ser proposta num novo prazo de dois meses.

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode recorrer para o Tribunal de Justiça, nos termos dos parágrafos anteriores, para acusar uma das Instituições, **agências ou órgãos da União** de não lhe ter dirigido um acto que não seja recomendação ou parecer.

¹ A substituição do termo "regulamento" pelo termo "acto" é uma adaptação necessária a fim de tornar este parágrafo conforme com a jurisprudência através da qual o Tribunal de Justiça manteve os efeitos de actos que não os regulamentos.

Observações

Esta disposição foi alterada, tendo sido acrescentados os órgãos e agências da União. Embora o Círculo não tenha debatido esta questão, afigura-se efectivamente que, se estes últimos podem ser objecto de acções de anulação, também deverão poder ser postos em causa através de uma acção por omissão, que visa sancionar omissões contrárias à Constituição. A referência ao BCE no actual Tratado pode ser suprimida, uma vez que está previsto que o BCE possua o estatuto de Instituição.

Artigo 233.º

A Instituição ou as Instituições, **a agência ou o órgão** de que emane o acto anulado, ou cuja abstenção tenha sido declarada contrária à Constituição, devem tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Esta obrigação não prejudica aquela que decorra da aplicação do segundo parágrafo do artigo 288.º.

Observações

Este artigo foi alterado no sentido de incorporar também as agências e órgãos da União. Além disso, o último parágrafo da antiga disposição tinha a seguinte redacção: "O presente artigo aplica-se igualmente ao BCE.": como este último passa a ser uma Instituição, o parágrafo já não tem razão de ser.

Artigo 234.º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial, sobre:

- a) A interpretação da Constituição;

- b) A validade e a interpretação dos actos das Instituições da União;
- c) A interpretação dos estatutos **das agências ou órgãos** criados por acto da União, desde que estes estatutos o prevejam.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o Tribunal de Justiça pronuncia-se com a maior brevidade possível.

Observações:

Propõe-se que se mantenha praticamente inalterada esta disposição – que desempenha um papel fundamental, uma vez que instaura um controlo descentralizado do direito da União e uma cooperação entre os órgãos jurisdicionais nacionais e o Tribunal de Justiça –, com excepção da referência específica ao BCE, que pode ser suprimida.

Além disso, aquando da análise dos projectos de artigos relativos à JAI, foi apresentada uma alteração por um membro da Convenção, prevendo que o Tribunal de Justiça se pronuncie no prazo máximo de três meses, sempre que o processo nacional diga respeito a uma pessoa detida. É certo que o processo prejudicial tem por efeito a suspensão do processo nacional, o que se reveste de especial importância se o processo nacional disser respeito a uma pessoa que se encontre

detida. O Praesidium considerou que poderia aceitar esta ideia, que aparece como último parágrafo, substituindo do prazo de três meses por "com a maior brevidade possível". É de assinalar que o Tribunal de Justiça já pode recorrer a uma "tramitação acelerada" em certos casos, "quando a especial urgência do processo exija que o Tribunal decida num prazo curto" (ver artigo 62.º-A do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça). Seria possível, aliás, estabelecer um prazo para este tipo de processos prejudiciais, mas o Praesidium considerou que, nesse caso, o prazo deveria ser previsto nos Estatutos do Tribunal de Justiça.

Artigo 235.º

(Artigo actual: inalterado)

O Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios relativos à reparação dos danos referidos no segundo parágrafo do artigo 288.º.

Artigo 236.º

(Artigo actual: inalterado)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre todo e qualquer litígio entre a União e os seus agentes, dentro dos limites e condições estabelecidos no estatuto ou decorrentes do regime que a estes é aplicável.

Artigo 237.º

(Artigo actual: inalterado)

Nos limites a seguir indicados, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios respeitantes:

- a) À execução das obrigações dos Estados-Membros, decorrentes dos Estatutos do Banco Europeu de Investimento. O Conselho de Administração do Banco dispõe, para o efeito, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º];

- b) Às deliberações do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento. Qualquer Estado-Membro, a Comissão e o Conselho de Administração do Banco podem propor uma acção nesta matéria, nos termos do [artigo 230.º];
- c) Às deliberações do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento. As acções contra estas deliberações só podem ser propostas, nos termos do [artigo 230.º], pelos Estados-Membros ou pela Comissão e apenas por violação das formalidades previstas nos n.ºs 2 e 5 a 7, inclusive, do artigo 21.º dos Estatutos do Banco;
- d) À execução das obrigações resultantes da Constituição e dos Estatutos do SEBC pelos bancos centrais nacionais. O Conselho do BCE disporá, neste contexto, em relação aos bancos centrais nacionais, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º] em relação aos Estados-Membros. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um banco central nacional não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição, esse banco central deve tomar as disposições necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Artigo 238.º

(Artigo actual: inalterado)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir com fundamento em cláusula compromissória constante de um contrato de direito público ou de direito privado, celebrado pela União ou por sua conta.

Artigo 239.º

(Artigo actual: inalterado)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer diferendo entre os Estados-Membros, relacionado com o objecto da Constituição, se esse diferendo lhe for submetido por compromisso.

Artigo 240.º
(Artigo actual: inalterado)

Sem prejuízo da competência atribuída ao Tribunal de Justiça pela Constituição, os litígios em que a União seja parte não ficam, por este motivo, subtraídos à competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

Artigo 240.º-A

O Tribunal de Justiça não é competente em relação aos artigos 29.º e 30.º da Parte I nem em relação às disposições do Capítulo I da Parte II, respeitantes à política externa e de segurança comum.

Observações

O Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça dividiu-se sobre a questão da competência do Tribunal no domínio da PESC, daí a dificuldade de apresentar uma proposta consensual. O presente projecto de artigo reflecte a situação actual e foi redigido com base nas seguintes considerações.

Actualmente, quando uma acção no domínio da PESC prevê sanções económicas em relação a um país terceiro, são necessárias medidas de execução a nível da Comunidade, tomadas com base nos artigos 60.º e 301.º do TCE. Quando se trata de sanções económicas aplicáveis a particulares, recorre-se ao artigo 308.º do TCE¹. O Tribunal já exerce o seu controlo jurisdicional em relação a todos os actos de execução, em conformidade com o Tratado CE. Mantendo embora a situação actual, o Praesidium considerou necessário prever explicitamente a possibilidade de se adoptarem sanções económicas em relação a particulares no artigo 31.º do Capítulo 4 do Título B (acção externa). Nos casos a que se refere esta disposição, o Tribunal exerce o controlo jurisdicional. Em matéria de sanções (medidas restritivas), a questão que se poderá colocar é a de saber se

¹ Contudo, o Conselho tem interpretado de forma extensiva os artigos 60.º e 301.º do TCE, utilizando-os como base jurídica para aprovar sanções aplicáveis a pessoas ou a associações que exercem, de facto, o controlo de um país ou de parte de um país.

a Convenção considera ou não apropriado que se alargue a possibilidade de os particulares proporem acções contra os actos aprovados com base em decisões PESC que afectem pessoas num plano que não o económico (por exemplo, as medidas restritivas tomadas em aplicação de decisões PESC podem ter por objecto a proibição da entrada e da livre circulação de pessoas, como é o caso de uma recusa de visto). A questão de uma base jurídica específica relativa a outras sanções para além das económicas em relação aos particulares deve ser examinada no âmbito do debate da Convenção acerca do artigo 31.º da Parte II, relativo à acção externa, e não no âmbito das disposições relativas ao Tribunal de Justiça.

Outra questão que surgiu foi a possibilidade de abrir caminho à acção de anulação com base no artigo 230.º do TCE, a propor por Estados e Instituições, contra actos do domínio da PESC que tenham sido aprovados em violação das formalidades essenciais previstas na Constituição. O Praesidium não seguiu essa pista, tendo no entanto considerado que deverá ser reconhecida a competência do Tribunal para analisar a compatibilidade dos acordos internacionais previstos no âmbito da PESC com as disposições da Constituição (actual n.º 6 do artigo 300.º)

Além disso, o Praesidium analisou a recomendação do Círculo de Discussão segundo a qual, "na sequência da supressão dos pilares, a Constituição deveria manter o princípio consagrado no artigo 47.º do TUE, com base no qual o Tribunal de Justiça é competente para se certificar de que as medidas e procedimentos PESC não interferem nos procedimentos aplicáveis às outras políticas (abrangidas pelo antigo Primeiro Pilar) da Constituição, para que estas últimas possam ser preservadas ¹". Partindo da constatação de que os pilares foram suprimidos, mas que a Parte III da Constituição especifica os procedimentos aplicáveis a cada domínio, o Praesidium considera que o artigo 230.º permite ao Tribunal proceder a um controlo da legalidade, uma vez que, quando uma Instituição se fundamenta erroneamente numa base jurídica constante do capítulo PESC para aprovar um acto que deveria ter por fundamento uma base jurídica constante de outra disposição (não-PESC) da Constituição, tal constituiria uma violação da Constituição, dado que o acto em causa teria por fundamento uma base jurídica errada.

¹ Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça – Relatório complementar de 16 de Abril de 2003 sobre a questão da fiscalização jurisdicional em matéria de Política Externa e de Segurança Comum (CONV 689/03 REV 1, ponto 7.b)).

Artigo 240.º-B

Ao exercer as suas competências relativamente às disposições dos Capítulos 3 e 4 do Título [...], respeitantes ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, o Tribunal de Justiça não é competente para fiscalizar a validade ou a proporcionalidade de operações efectuadas pelos serviços de polícia ou outros serviços de execução das leis nos Estados-Membros, nem para decidir sobre o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna, **desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno.**

Observações

Este artigo baseia-se no actual n.º 5 do artigo 35.º do TUE, com excepção das últimas nove palavras. Corresponde ao artigo 9.º do conjunto de artigos aprovados pelo Praesidium em matéria de JAI. Foi objecto de numerosas alterações que pediam a sua supressão, mas outros membros pediram que fosse pura e simplesmente reproduzido o n.º 5 do artigo 35.º do TUE. Assim sendo, parece plausível que este artigo, com a sua redacção actual, constitua um compromisso aceitável. Afigura-se mais adequado, porém, inserir esta disposição nos artigos relativos ao Tribunal, e não no capítulo relativo ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Artigo 240.º-C

Os Estados-Membros comprometem-se a não submeter qualquer diferendo relativo à interpretação ou aplicação da Constituição a um modo de resolução diverso dos que nela estão previstos.

Observações:

Este artigo retoma o texto do artigo 292.º do Tratado CE, que parece ficar mais bem enquadrado nas disposições da Parte II relativas ao Tribunal de Justiça.

Artigo 241.º

Mesmo depois de decorrido o prazo previsto no quinto parágrafo do artigo 230.º, qualquer parte pode, em caso de litígio que ponha em causa **uma lei europeia, uma lei** ou um regulamento do Conselho, da Comissão ou do BCE, recorrer aos meios previstos no segundo parágrafo do artigo 230.º para arguir, no Tribunal de Justiça, a inaplicabilidade desse acto.

Observações:

Este artigo apenas foi alterado para ter em conta a nova designação dos instrumentos.

Artigo 242.º

(Artigo actual: inalterado)

As acções perante o Tribunal de Justiça não têm efeito suspensivo. Todavia, o Tribunal de Justiça pode ordenar a suspensão da execução do acto impugnado, se considerar que as circunstâncias o exigem.

Artigo 243.º

(Artigo actual: inalterado)

O Tribunal de Justiça, nas causas submetidas à sua apreciação, pode ordenar as medidas provisórias necessárias.

Artigo 244.º

(Artigo actual: inalterado)

Os acórdãos do Tribunal de Justiça têm força executiva, nos termos do [artigo 256.º].

Artigo 245.º

O Estatuto do Tribunal de Justiça é fixado num Protocolo.

De acordo com o processo legislativo, a lei pode alterar as disposições do Estatuto, com excepção do Título I e do artigo 64.º. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça.

Observações:

A maioria dos membros do Círculo recomendou que o Estatuto do Tribunal de Justiça seja aprovado de acordo com o processo legislativo, com excepção do Título I, que diz respeito, nomeadamente, ao regime de imunidade dos juízes e dos advogados-gerais, e do artigo 64.º, relativo ao regime linguístico. O Praesidium decidiu seguir esta recomendação do Círculo.
